

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.401.682 - PR (2018/0305128-1)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE CURITIBA
ADVOGADO : CIBELE KOEHLER E OUTRO(S) - PR020757N
AGRAVADO : ARISTEU CORREA DE BITTENCOURT JUNIOR
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PRAZO PRESCRICIONAL. INTERRUÇÃO. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS LEGAIS. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. PARALISAÇÃO DO FEITO. INÉRCIA DO EXEQUENTE. JUÍZO FIRMADO COM LASTRO NO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. CITAÇÃO PESSOAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial manejado por MUNICÍPIO DE CURITIBA, em face de decisão que inadmitiu recurso especial interposto contra acórdão assim ementado (fl. 73 e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU E TAXA DE LIXO. SENTENÇA QUE RECONHECEU A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INSURGÊNCIA DO MUNICÍPIO ALEGANDO A INOCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. TESE QUE DEVE SER RECHAÇADA POR ESTA CORTE. FAZENDA PÚBLICA QUE SE QUEDOU INERTE APÓS A NOTÍCIA DE CITAÇÃO INFRUTÍFERA. DEMORA NA PRÁTICA DOS ATOS PROCESSUAIS IMPUTÁVEL AO MUNICÍPIO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE CONFIGURADA. PRECEDENTES DESTES TRIBUNAL. PEDIDO DE ISENÇÃO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. IMPOSSIBILIDADE. INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 39 DA LEI 6.830/80. VEDAÇÃO A ISENÇÃO HETERÔNOMA. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 151, III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. EXCEÇÃO EM RELAÇÃO À INEXIGIBILIDADE DA TAXA JUDICIÁRIA, JÁ RESSALVADA PELA DECISÃO RECORRIDA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO.

No recurso especial interposto com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, o recorrente aponta negativa de vigência aos arts. 174 do CTN e 8º, § 2º, da Lei n. 6.830/1980 alegando que a prescrição foi interrompida com o despacho do juiz. Consigna entendimento quanto à impossibilidade da existência da prescrição intercorrente e sustenta que a responsabilidade pela demora na efetivação do ato citatório é exclusivamente do serviço judicial. Alega ainda negativa de vigência do art. 25 da Lei n. 6.830/1980 por falta de intimação pessoal da Fazenda Pública.

Sem contrarrazões (Certidão à fl. 105 e-STJ).

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

É o relatório. Decido.

Primeiramente, quanto aos arts. 174 do CTN e 8º, § 2º, da Lei n. 6.830/1980, o recorrente não demonstra em que medida teria a Corte de origem incorrido em violação aos seus normativos, se, na fundamentação do acórdão, o órgão julgador revela que, a despeito da interrupção do prazo prescricional pelo despacho do juízo, o feito ficou paralisado por mais de seis anos, sem que nem sequer houvesse sido efetivada a citação do exequido, vindo a implementar a prescrição intercorrente (fls. 75- e-STJ, grifos nossos):

Para melhor elucidação do caso, será analisado neste primeiro momento o histórico processual:

- a) a demanda executiva foi proposta em 29/03/2011;**
- b) a Juíza singular determinou a citação da parte em 05/04/2011 por AR, que retornou negativo em maio de 2011;**
- c) em seguida foi expedido novo mandado de citação com data de 27/06/2011;**
- d) o Município realizou carga dos autos em 09/08/2011;
- e) em 23/04/2012 o Oficial de Justiça certificou que deixou de proceder a citação e que o local se trata de terreno invadido;
- f) o Município se manifestou em 28/05/2013 apenas a título de remessa às Varas Especializadas;
- g) em 14/12/2014 os autos foram digitalizados e o município devidamente intimado acerca do fato;
- h) em 10/04/2017 a exequente foi intimada para que se manifestasse acerca da possível prescrição do crédito tributário, ao passo que o Município se manifestou, na mesma data, alegando a inocorrência do referido instituto;**
- i) sobreveio a sentença extintiva em 23/01/2018, pela qual a Juíza de primeiro grau reconheceu a prescrição do crédito tributário.**

Pois bem.

O Juízo a quo corretamente declarou a **prescrição intercorrente da pretensão executiva, a qual é caracterizada pela paralisação da demanda por conta de injustificada inação do exequente por, ao menos, 5 (cinco) anos.**

Trata-se de instituto que fora criado pela jurisprudência a fim de que, **embora interrompida a prescrição de direito material (artigo 174 do Código Tributário Nacional), o crédito tributário não se tornasse imprescritível por conta da morosidade do Fisco na execução fiscal**, de maneira a efetivar o princípio da segurança jurídica.

A alegação genérica de violação não permite a exata compreensão da controvérsia e inviabiliza o conhecimento do recurso especial. Incide à hipótese a súmula 284/STF.

Quanto à demora do ato citatório, a Corte de origem, analisando os elementos fáticos dos autos, concluiu que a longa paralisação do feito deu-se exclusivamente pela inércia do ente municipal (fls. 75 e 77 e-STJ).

Assim, é inviável a revisão da conclusão firmada pela instância *a quo*, nos moldes pretendidos pelo recorrente, sem a necessidade de reexame do contexto fático-probatório dos autos, atividade essa vedada no âmbito do recurso especial, por força da Súmula 7/STJ.

Quanto ao art. 25 da LEF e à tese a ele vinculada, não se verifica juízo de valor pela Corte de origem, nem houve o recorrente apresentar embargos declaratórios para buscar manifestação específica do órgão julgador quanto ao ponto, motivo pelo qual, por falta de cumprimento do requisito do prequestionamento, não se conhece do recurso especial. Incide à espécie as Súmulas 282 e 356 do STF.

Ante o exposto, conheço do agravo e não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

